

Conferência de D. Bertrand de Orleans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil, no CADC em Coimbra

Coimbra, 8 de Dezembro de 2013.

Exmo. Revmo. Sr. D. Vírgílio, Bispo-Conde de Coimbra

Exmo. Senhor Doutor Rui de Figueiredo Marcos,

Exmos. Srs. membros da Mesa

Exmos. Srs. Professores da Universidade de Coimbra,

Estudantes,

Minhas Senhoras, meus senhores,

Foi com imensa alegria que recebi, graças à iniciativa do Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos, presidente do CADC, o honroso convite para dirigir-vos a palavra.

Penetrando no ambiente da Universidade de Coimbra, consagrado por séculos de tradições solidamente assentadas na cultura luso-brasileira, não pude deixar de sentir profunda emoção, inclusive por recordar meus anos de jovem universitário, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Costumo viajar muito, fazer inúmeras conferências em universidades de todo o Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Sempre que penetro numa universidade, é quase imediato o retorno psicológico aos meus tempos de acadêmico de Direito, no início da década de 60. Mas, confesso, nunca, em minha vida, esse retorno psicológico é, para mim, tão carregado de emoção como acontece sempre que transponho os umbrais da Universidade de Coimbra.

Foi ela fundada em plena Idade Média – no ano de 1290 – por um antepassado meu, o Rei D. Dinis, favorecida e apoiada, durante séculos, por Reis de Portugal antepassados meus, e foi ela a mãe, a matriz inspiradora da primeira Academia de Direito do Brasil, justamente a de São Paulo, fundada em 1827 por meu tetravô, o Imperador D. Pedro I, que no mesmo ato instituiu também outra na cidade de Olinda, na então Província de Pernambuco.

A Academia de São Paulo, conhecida popularmente como “do Largo de São Francisco”, foi, pois, a primeira instituição de ensino superior oficial do Brasil, com muito orgulho, filha e

continuadora, no Novo Mundo, da Universidade de Coimbra. Os primeiros mestres da nova instituição foram, todos, doutores formados em Coimbra. E em torno do “Largo de São Francisco” se congregaram outras escolas superiores, que, em 1934, acabaram por constituir a Universidade de São Paulo.

Sinto-me, pois, vinculado à Universidade de Coimbra não só por descender dos reis de Portugal, mas também por uma espécie de gratidão pessoal, já que fui beneficiado, em minha formação universitária, por tradições e valores muito antigos, herdados, em última análise, da Universidade de Coimbra.

A par dessa emoção, sinto também não pequena dificuldade. Que posso eu dizer aqui de novo, para tão ilustre e douta plateia que tem a benevolência de me ouvir? Sem ter a pretensão de ensinar novidades a espíritos tão esclarecidos, desejo recordar alguns fatos e tecer algumas considerações sobre o tema que me foi proposto.

A Imaculada Conceição, na tradição da Igreja

Como é bem conhecido, foi somente no ano de 1854 que o Papa Beato Pio IX proclamou solenemente o dogma da Imaculada Conceição de Maria. Mas não se tratava de uma novidade teológica. Pelo contrário, o ato pontifício se inseria numa tradição solidíssima e muito antiga.

Desde os primórdios do Cristianismo, o privilégio da Imaculada Conceição de Maria era professado pacificamente e sem contestações, de modo implícito, no paralelo que os Padres da Igreja costumavam estabelecer entre Eva e Maria. Se a antiga Eva fora criada pura e imaculada por Deus, também Maria, a nova Eva, deveria ter saído pura e imaculada das mãos do Criador.

Os Padres da Igreja, tanto os do Oriente quanto os do Ocidente, proclamavam igualmente que Nossa Senhora era de absoluta pureza e santidade, e nessa proclamação estava presente a ideia, ainda que implícita, da sua Conceição Imaculada, já que o labéu do Pecado Original não se coadunava com tão luzidia pureza e santidade.

A Maternidade Divina da Virgem foi solenemente definida pelo Concílio de Éfeso, em 451, que proclamou Maria *Theotokos* (Mãe de Deus). Essa definição também continha em si, implicitamente, elementos que, se desdobrados com lógica, conduziam à explicitação da verdade que mais tarde Pio IX definiria como dogma de Fé.

Já nos séculos IV e V começam a aparecer afirmações mais diretas e claras, notadamente no Oriente. Santo Efrém, Sírio (306-373), por exemplo, com estas palavras se referiu à pureza imaculada de Jesus Cristo e de sua Mãe: "Tu e tua Mãe sois os únicos

totalmente belos, pois em ti, ó Senhor, não existe nenhuma mácula e nenhuma mácula existe em tua Mãe".

A partir do século VIII começa a ser celebrada, primeiro no Oriente, depois na Irlanda, na Inglaterra, nos reinos ibéricos, na França e na Alemanha, a Festa da Conceição de Maria.

Tratava-se de um movimento a que o povo fiel aderiu com todo o entusiasmo, impressionado por argumentos de conveniência que, à sua fé simples e reta, pareciam indiscutíveis. Afirmava-se, por exemplo, que se Jesus Cristo tivesse querido fazer sua Mãe Imaculada mas não tivesse poder para tanto, não seria verdadeiro Deus; se tivesse poder para fazê-la Imaculada, mas não tivesse querido, não seria bom filho; ora, como Jesus Cristo era verdadeiro Deus e era bom Filho, pôde e quis fazer sua Mãe Imaculada, e portanto A fez Imaculada.

Uma versão mais teológica e culta desse argumento de conveniência, foi formulada pelo monge Eádmero, de Cantuária, falecido no início do século XII, numa célebre frase latina: "potuit, deuit, ergo fecit" (pôde, convinha, logo fez a Imaculada Conceição).

Como registrou Plínio Corrêa de Oliveira – autor que cito com especial gratidão, já que a ele devo o melhor de minha formação intelectual, política e moral – existe uma particular sensibilidade do povo simples de Deus em matéria teológica, que o leva muitas vezes a antecipar-se às explicitações mais douradas e bem fundamentadas dos eruditos. São palavras suas:

“É um fato ao mesmo tempo curioso e edificante na vida da Igreja que, sendo esta depositária das verdades teológicas mais altas e complexas, a massa dos fiéis, servida entretanto por uma especial acuidade de visão, penetra e vive estas verdades, ainda mesmo quando seu nível cultural pareceria vedar-lhe o acesso a qualquer atividade intelectual de ordem superior.

Em tudo o que se relaciona com a devoção a Nossa Senhora, esta observação se comprova com toda a clareza. ... Doutrina marial e a devoção a Nossa Senhora têm crescido constantemente, desenvolvendo-se, porém, não à moda de hipérboles afetivas e meramente literárias que se vão ultrapassando umas às outras, mas como uma torre de raciocínios, firme como o granito, à qual cada geração de teólogos acrescenta mais alguns andares solidamente esteados no esforço diligente, desenvolvido pela razão, a fim de descobrir todo o alcance e extensão das verdades reveladas. Entretanto, é tocante observar como a piedade popular, ignorando muitas vezes os argumentos da Teologia sagrada, e deixando-se guiar em grande parte pela finura de sua sensibilidade, desce até o âmago profundo das verdades teológicas ensinadas pela Igreja, e sabe viver

tais verdades com uma autenticidade de convicções e de sentimentos que se não poderia explicar sem a ação do Espírito Santo” .

A fase dos grandes debates teológicos

Isso ocorreu, sem dúvida, com a Imaculada Conceição, objeto de entusiasmada devoção dos fiéis simples de todo o Ocidente cristão.

Mas se o bom povo de Deus via o privilégio marial com tanta lucidez, não se dava o mesmo com os doutos teólogos, e até Santos, que nos séculos XI a XIII discutiram, puseram em dúvida ou até combateram a doutrina da Imaculada.

Por exemplo, São Bernardo de Claraval, escrevendo aos Cônegos da Sé de Lyon, na França, combateu veementemente a introdução da Festa da Imaculada naquela diocese. São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, também se pronunciou contrário à Imaculada. Santo Alberto Magno, São Boaventura e outros grandes mestres do tempo, como Pedro Lombardo e Alexandre de Hales, também se pronunciaram contra o privilégio marial, ou o puseram em dúvida.

Na ótica desses mestres, parecia impossível conciliar a Imaculada Conceição com o dogma da Redenção universal, de todo o gênero humano, pela Paixão e Morte de Jesus Cristo. Se Maria fosse Imaculada – raciocinavam eles – para Ela a Redenção não se aplicava. Logo, não podia ser Imaculada...

Não ocorria àqueles luzeiros da Teologia católica, àqueles varões de exímia santidade, a ideia de que Maria Santíssima também precisou da Redenção, como todo o gênero humano, mas foi beneficiada pela Redenção de um modo super-excelente, “*ante praevisa merita*” (por antecipação e na previsão dos méritos) de Jesus Cristo. Essa ideia, uma vez formulada, impôs-se pela sua força intrínseca. Foi algo à maneira de um "ovo-de-Colombo", que a todos pareceu evidente, mas no qual ninguém antes cogitara.

Admite-se geralmente que o primeiro grande teólogo a formular com total clareza a tese da redenção antecipada de Maria “*ante praevisa merita*” de Nosso Senhor, foi o franciscano Duns Scoto, o Doutor Sutil (+1308). Essa tese seria, depois, desdobrada e glosada por muitos autores da maior gravidade, e culminaria por influir, de modo cabal e definitivo, para a formulação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria.

Esclarecido esse ponto doutrinário e teológico, restava claro que nenhuma contradição poderia haver entre a afirmação da Imaculada Conceição de Maria e o dogma da Redenção Universal de Jesus Cristo.

A doutrina imaculista vai triunfando em todo o Ocidente

Nos séculos seguintes, cada vez mais se foi espalhando, no Ocidente inteiro, a crença na Imaculada Conceição e a correlata devoção a Nossa Senhora da Conceição.

Entre as nações da Cristandade, as ibéricas se destacaram. Portugal e Espanha não somente aderiram decididamente à corrente pró-Imaculada, mas "tomaram como própria a Causa da Imaculada e, numa santa emulação, se empenharam de mil modos para que a Igreja universal afinal a proclamasse como dogma. Nesses povos, o fervor imaculista se manifestava intenso, desde os soberanos até os mais humildes.". Era um movimento verdadeiramente nacional, arrastando a todos, grandes e pequenos.

A partir do século XV, são numerosos os documentos pontifícios fazendo explícita menção à Imaculada Conceição de Maria.

O Papa Sixto IV, que reinou de 1471 a 1484, foi grande propulsor da doutrina imaculista. No ano de 1477, ordenou a inscrição da festividade da Imaculada Conceição no calendário litúrgico da Diocese de Roma. Poucos anos depois, na passagem de 1482 para 1483, promulgou a constituição *Grave nimis*, pela qual condenou com severidade os teólogos e pregadores que tachassem de herética a sentença dos autores que sustentavam ter Maria sido concebida sem pecado original. No mesmo documento, o Papa esclareceu que a Festividade da Conceição de Maria, celebrada pela liturgia, não devia ser entendida da forma como muitos teólogos ainda entendiam – como sendo a santificação de Maria ainda no seio materno, logo após ter sido concebida em pecado original, mas devia ser entendida no sentido de que Maria Santíssima em nenhum instante de sua existência, ou seja, desde sua Concepção, jamais estivera sujeita à mácula original.

No final da mesma década, em 1489, o Papa Alexandre VI instituiu, por meio da bula *Inter innumera*, a Ordem da Conceição Imaculada, fundada em Toledo pela portuguesa Santa Beatriz da Silva e Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, primeiro fronteiro de Ceuta.

No século seguinte (1546), na sessão V, o Concílio de Trento – que passou à história como o Concílio da Contra-Reforma – ao expor a doutrina da Igreja sobre o Pecado Original, declarou explicitamente excluir dele "a bem-aventurada e imaculada Virgem Maria Mãe de Deus, devendo-se, pelo contrário, observar as constituições do Papa Sixto IV, de feliz memória, sob as penas nela contidas, as quais ficam agora renovadas".

A Dinastia de Bragança e a consagração de 1646

Disse há pouco que, no tocante a Portugal, desde os reis até os seus mais humildes súditos, todo o povo era devoto da Imaculada. É com particular alegria que falo, aqui, dos reis, especialmente dos da Dinastia de Bragança, na qual a Casa Imperial do Brasil se insere. Os Reis de Bragança, e já antes deles os Duques de Bragança, sempre foram ardorosos imaculistas, devotos e propagandistas da Imaculada Conceição. Basta lembrar que em Vila Viçosa, capital dos vastos domínios da Casa de Bragança, a principal igreja era o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, no qual se venera a imagem da Virgem que, segundo antiquíssima tradição, foi mandada esculpir por São Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino e tronco da nossa Casa. Ali se estabeleceu, ainda em fins da Idade Média, a Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que ainda hoje está em pleno funcionamento, e da qual tenho a honra de ser membro, assim como muitos príncipes portugueses e brasileiros.

Cabe lembrar aqui o lindíssimo episódio da Consagração de Portugal e seus domínios pelas cinco partidas do Mundo a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, realizada por D. João IV, o Monarca restaurador da Independência lusa, o qual proclamou "Nossa Senhora da Conceição Padroeira do Reino, e jurou defender até à morte o insigne privilégio da Mãe de Deus", juntamente com o Príncipe D. Teodósio, os representantes da Nobreza, os do Terceiro Estado e os cinco Bispos presentes.

Assim rezava o texto de tão importante documento:

“... prometemos e juramos com o Príncipe e Estados, de confessar e defender sempre (até dar a vida sendo necessário) que a Virgem Maria Mãe de Deus, foi concebida sem pecado original ... E se alguma pessoa intentar cousa alguma contra esta nossa promessa, juramento, e vassalagem, por este mesmo efeito, sendo vassalo, o havemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino; E se for Rei (o que Deus não permita) haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes: esperando que pelo mesmo Deus que nos deu o Reino e subiu à dignidade Real, seja dela abatido e despojado. ...”

Desde a solene consagração de 1646, nunca mais os reis de Portugal colocaram a coroa sobre a cabeça, nem mesmo no dia de sua aclamação. Nos retratos régios, a coroa sempre aparecia sobre uma almofada, ao lado direito do monarca, porque era geral o entendimento de

que a Rainha de Portugal era Nossa Senhora da Conceição, e os monarcas lusos não eram senão representantes, ou lugar-tenentes, da Soberana celestial.

No dia 8 de Maio de 1671, já depois de falecido D. João IV, o Papa Clemente X confirmou solenemente, pela bula *Eximia dilectissimi*, a eleição de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal.

A Universidade de Coimbra e o juramento imaculista

Apraz-me, de modo especial, focalizar aqui, o juramento imaculista da Universidade de Coimbra, estabelecido nessa mesma época.

No 17 de Janeiro de 1646, D. João IV determinou formalmente que tanto os lentes quanto os estudantes da Universidade prestassem o juramento solene de defender o privilégio da Imaculada Conceição. Outras universidades europeias já haviam estabelecido juramentos análogos, e o bom Rei não quis que a grande Universidade lusa ficasse atrás, no fervor marial, às suas congêneres de outras nações.

Segundo consta, D. João IV já anteriormente manifestara, à Universidade de Coimbra, seu desejo formal de que tal juramento fosse prestado, mas encontrara resistência por parte de alguns poucos lentes, que haviam respondido com um extenso memorial, no qual expunham as razões pelas quais o desaconselhavam.

O Rei não se dobrou... solicitou um parecer do douto Frei Manuel da Esperança, que refutou cabalmente os argumentos dos opositores. Baseado nesse parecer, fez o Rei prevalecer sua vontade, com o apoio entusiástico da *major et sanior pars* do corpo docente e do corpo discente desta Universidade. No dia 28 de Julho de 1646, com grande solenidade foi realizada a cerimônia do juramento.

Essa tradição imaculista de Coimbra, consumada em tal juramento, levou o Papa João Paulo II, quando visitou esta Universidade, no dia 15 de Maio de 1982, a assim se expressar:

"É para mim um momento de grande alegria encontrar-me nesta Universidade, uma das mais antigas da Europa e intimamente ligada à ação da Igreja. Desde os seus primórdios, colocada sob a proteção de Deus e da Santíssima Virgem, assumiu, no decorrer da sua história, também um compromisso formal de defender a doutrina da Imaculada Conceição de Maria Santíssima. Sinto por isso palpitar aqui uma longa tradição de devoção mariana, elevada ao mais alto nível da cultura nacional" .

Exemplo frisante do vigor da Fé que então animava e inspirava o saber e a ciência, no Auto de tal juramento prometia esta insigne Universidade defender, ler, pregar, e ensinar pública e particularmente que a Virgem bem-aventurada, santa, Imaculada, e Bendita entre todas as mulheres fora preservada da mácula do pecado original, por singular privilégio, desde o ditoso instante de sua puríssima Conceição. E cito:

“Puríssima Virgem Senhora nossa, Santíssima Mãe de Deus e Rainha dos Céus, esta insigne Universidade, vossa mui devota, humilde e afeiçoada, oferecida e dedicada a vosso serviço, reconhecendo sempre por vosso particular favor e intercessão, o aumento e perfeição a que tem subido desde seus princípios: e movida hoje da grande piedade e santo zelo do sereníssimo Rei Dom João o 4º nosso senhor: e da devoção particular a vossa inefável e nunca maculada conceição, não contente com ensinar, defender, e ter para si esta sentença mais pia, desde que foi fundada, hoje o manifesta com este ato solene de juramento por mostrar a grande devoção e obrigação que vos tem: e o que sente da pureza de vossa Santíssima Conceição com a solenidade deste sagrado e ditoso dia”.

Ad perpetuam rei memoriam, na capela da Universidade foi fixada, junto ao altar de Maria Santíssima, uma lápide, que até hoje aqui permanece.

Logo a seguir, a Universidade de Coimbra pediu, ao Papa então reinante, que definisse solenemente como Dogma de Fé a Imaculada Conceição. O catedrático Dr. Andrade de Almada foi quem escreveu, em nome de toda a Universidade, ao Sumo Pontífice.

Não me estendo sobre outras ações de D. João IV, relativas à Imaculada Conceição. Não há, nesta sessão, tempo para fazê-lo. Apenas registro a cunhagem da moeda conhecida como "conceição" e a ordem régia para que todas as cidades e vilas do Reino fixassem, nas respectivas entradas, uma lápide alusiva à consagração realizada em 1646.

Estive há poucos dias na cidade do Salvador, agora capital do Estado da Bahia. No século XVII, Salvador era a capital da América Portuguesa, e ali se cumpriu zelosamente a ordem régia. A lápide foi afixada na fachada da Casa dos Governadores, e lá permaneceu até 1898, quando, já em regime republicano e sob forte influência laicista, foi retirada, sob o pretexto de uma reforma geral no edifício. Mas felizmente esse erro foi reparado, pois um fac-símile em bronze da antiga lápide foi afixado no mesmo sítio no dia 25 de Março de 1946, exatamente no dia em que se comemorava o 3º centenário da consagração feita por D. João IV.

Esse oportuno ato reparador foi solene e público, sendo realizado diante de uma enorme multidão, estimada em 80 mil pessoas.

O Brasil, continuador da tradição imaculista de Portugal

Tenho por hábito frisar que o nascimento do Brasil teve como ato fundador uma Santa Missa, celebrada por Frei Henrique de Coimbra, por primeiro monumento um Cruzeiro, erguido por portugueses e índios, e por certidão de nascimento a carta de Pero Vaz de Caminha. Naquele ato sagrado lançavam-se as bases do Brasil cristão. A perpassar a epopeia de Fé e de intrepidez, ali encetada, um verdadeiro filão de ouro unia Portugal e Brasil: o culto à Imaculada Conceição de Maria. Tal culto, que constitui uma das mais lídimas glórias da nação portuguesa, inclui-se também entre as mais antigas e veneráveis tradições brasileiras.

Falando por rádio aos brasileiros, no dia 7 de Setembro de 1954, o Papa Pio XII registrou que o Brasil sempre viveu sob o manto da Imaculada. São palavras do Pontífice:

"Se o Brasil nasceu à sombra da Cruz, organizou-se, cresceu, prosperou amparado sempre pela Mãe Santíssima, venerada ternamente e invocada sob numerosos títulos, cada qual mais belo e expressivo. ... Entre os títulos marianos prevalece o da Imaculada, que exorna, com muitos secundários, mais de 350 dos templos principais. E era natural. Desde os primórdios floresceu em Terras de Santa Cruz a devoção à Imaculada Conceição de Maria, implantada pelos descobridores" (Alocução do Santo Padre aos Brasileiros, texto oficial reproduzido pela revista "Verbum", do Rio de Janeiro, t. XI, 1954, pp. 429-433).

A primeira igreja erigida no Brasil em honra de Nossa Senhora da Conceição consta ter sido aquela que se edificou por volta de 1533, em Itanhaém (no litoral sul do atual Estado de São Paulo), a mandado de Martim Afonso de Sousa. Infelizmente, somente restam ruínas dessa primitiva igreja (Crônica da Igreja no Brasil – Período Pre-Anchietano, pp. 233-234)

Quando o Rei D. João III enviou Tomé de Sousa ao Brasil, em 1549, como Governador-Geral, para lá também seguiram o Padre Manuel da Nóbrega e os primeiros Jesuítas que dariam início à evangelização do Novo Mundo português. Três eram os navios do novo Governador. Seus nomes: Salvador, Nossa Senhora da Ajuda e Nossa Senhora da Conceição. Seriam precisamente essas as invocações escolhidas para as três primeiras igrejas edificadas na Bahia,

onde Tomé de Sousa fixou a sede de seu governo: São Salvador (que deu nome à capital); Nossa Senhora da Ajuda; e Nossa Senhora da Conceição da Praia.

Quando o Beato José de Anchieta permaneceu como prisioneiro dos índios Tamoios, em Iperoig, compôs, escreveu nas areais da praia e decorou seu célebre poema latino dedicado à Virgem Santíssima, no qual canta precisamente a Imaculada Conceição de Maria. Naquela praia deserta, o Brasil, de acordo com o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, "nascia a cantar louvores à Virgem Imaculada".

Já vos falei da consagração de 1646. Esse ato abrangeu, sem a menor dúvida, o meu país. Sendo filho, continuador e, de certa forma, obra-prima de Portugal, e estando em 1646 ainda integrado à Monarquia lusitana, o Brasil também foi, no ato, consagrado à mesma Senhora da Conceição. E quando, na terceira década do século XIX, separou-se politicamente de Portugal, fê-lo com bom senso. Não procedeu de modo traumático, nem rompeu com todo o glorioso passado português, mas conservou a dinastia brigantina, a Fé Católica Apostólica Romana e a mesma Padroeira.

Com efeito, desde que se constituiu como nação inteiramente emancipada, o Brasil se devotou à Imaculada Conceição, invocada sob o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. É a imagenzinha de terracota escurecida que até hoje se venera em Aparecida, o segundo Santuário mariano que mais recebe visitantes no mundo inteiro, superado tão-somente pelo de Guadalupe, no México. Com uma importante diferença: é que Guadalupe fica na própria Cidade do México, uma das maiores metrópoles do planeta. E Aparecida fica numa cidadezinha pequena, quase equidistante de São Paulo e do Rio de Janeiro, as duas capitais mais próximas.

No dia 22 de Agosto de 1822, 16 dias antes do 7 de Setembro e do famoso Brado do Ipiranga, o Príncipe-Regente D. Pedro esteve em Aparecida, rezou no santuário diante da Imagem milagrosa e prometeu consagrar o Brasil a Nossa Senhora da Conceição, se chegasse a bom termo a grave crise política que então se delineava. Na Basílica Velha de Aparecida, uma placa posta na fachada perpetua a memória dessa visita de meu tetravô.

Em 1868, a Princesa Imperial D. Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu, estiveram em peregrinação no Santuário de Aparecida. Já estavam casados havia quatro anos e a Princesa ainda não conseguira engravidar. Somente em 1875 nasceria um primeiro filho, seguido de outros dois, nascidos em 1878 e 1881. Em 1884 retornou o casal a Aparecida, desta vez acompanhado pelos seus três filhos, D. Pedro de Alcântara, D. Luiz (meu avô) e D. Antonio. Minha bisavó ofereceu a Nossa Senhora, na ocasião, uma coroa de ouro com 40 brilhantes,

coroa essa que seria usada vinte anos depois, no dia 8 de Setembro de 1904, para a coroação solene da Imagem, efetuada por mandado do grande Papa São Pio X.

No dia 16 de Julho de 1930, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida, oficialmente, Padroeira Principal do Brasil, atendendo ao pedido nesse sentido que lhe tinha feito o Episcopado brasileiro:

"Na plenitude de Nosso poder Apostólico, pelo teor das presentes Letras, constituímos e declaramos a Beatíssima Virgem Maria concebida sem mancha, sob o título de Aparecida, Padroeira Principal de todo o Brasil diante de Deus, acrescentando os privilégios litúrgicos e as outras honras que pelo costume competem aos Padroeiros dos lugares principais".

No ano seguinte, no dia 31 de Maio, realizou-se no Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil, uma cerimônia de grande alcance. Na presença de todo o Episcopado brasileiro, de autoridades civis e militares, do Corpo Diplomático e de uma enorme multidão de fiéis, o Cardeal Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, leu a fórmula de consagração do Brasil a sua Padroeira. Era o complemento do ato de 1646. Era o Brasil dando continuidade a Portugal.

Uma última palavra sobre o glorioso Exército de meu país. Desde os mais recuados tempos, sempre considerou Nossa Senhora da Conceição como sua Patrona e especial Padroeira.

Um antigo cântico militar, conhecido como "Canção do Soldado" – considerado verdadeiro hino do Exército brasileiro – é, na realidade, um cântico religioso em louvor da Imaculada.

O General Dionísio Cerqueira, em suas reminiscências sobre a Guerra do Paraguai, relata que no dia 22 de Maio de 1866, véspera da decisiva Batalha de Tuiuti,

"ao toque de recolher, às oito da noite, todos os corpos formaram. Depois da chamada, os sargentos puxaram as companhias para a frente da bandeira, e rezou-se o terço. Algumas praças, os melhores cantores, entoaram com voz vibrante, sonora e cheia de sentimento, a velha canção do soldado brasileiro: Ó Virgem da Conceição, Maria Imaculada, vós sois a advogada dos pecadores, e a todos encheis de graça com a vossa feliz grandeza. Vós sois dos céus, princesa, e do Espírito Santo Esposa. Maria mãe de graça, mãe de misericórdia, livrai-nos do inimigo e protegei-nos à hora da morte. Amém".

Conta ainda o insigne militar que era prática habitual, durante a Guerra do Paraguai, todas as noites o exército brasileiro se perfilar e, em conjunto, rezar o terço, sendo acompanhado pelas bandas de música.

* * *

Como vê o Magnífico Reitor desta Universidade, como vê o Exmo. Revmo. Sr. Bispo diocesano, como vêem os ilustrados Mestres e o respeitável público que me ouve, o Brasil deu continuidade, do outro lado do Atlântico, ao mesmo movimento de devoção à Imaculada que recebeu de Portugal.

Esse precioso legado, o Brasil desenvolveu e fez frutificar. Essa obra dignifica meu País, mas dignifica esplendidamente a Nação lusa, de onde proveio o impulso inicial.

Conclusão

Permitam-me uma consideração final, à luz da Teologia da História, voltada não apenas para o passado mas também para os dias que correm.

Quando Nossa Senhora nasceu, revestida precisamente deste privilégio de sua Conceição Imaculada, o mundo – quase todo ele pagão – estava a bem dizer exausto. Diversos impérios e civilizações tinham alcançado seu auge, brilhado por seu saber e sua arte, por sua cultura e sua ciência, pela força e ímpeto de seus exércitos, pelo ardor de suas conquistas. Mas, em trajetórias históricas semelhantes, tinham sucumbido, invariavelmente, à idolatria, à decadência e à corrupção moral. O fenecimento de todas as virtudes naturais acarretara-lhes a decadência política e social. Roma mesmo, que dominava grande quantidade de povos, assistia ao lento declinar das virtudes familiares da Realeza e da República aristocrática bem como do brio militar, que haviam feito sua grandeza.

Nesse oceano de paganismo, um povo, relativamente apagado e perseguido – o Povo Eleito – animado pela revelação divina, tinha a Sinagoga, a Lei, o Templo e vivia da Promessa do advento do Messias. A civilização hebraica, tanto do ponto de vista material quanto político, não tinha lugar de destaque; mas ela marcava por sua concepção elevadíssima de Deus, por seus perfeitíssimos princípios morais e pela alta perfeição a que chegaram suas grandes figuras.

Entretanto, até nesse povo os germes da decadência tinham penetrado, abalando a fidelidade à Lei e promovendo a adaptação aos costumes e doutrinas do mundo gentílico. Só uma pequena parte permanecia verdadeiramente fiel a Deus, à Promessa, à vocação histórica.

Nesse povo nasceu a Virgem Maria, criatura diletta entre todas, destinada a ser a Mãe do Messias, revestida deste magnífico privilégio da Conceição Imaculada e n' Ela estava depositada a esperança de regeneração do mundo.

Naquela época de decadência generalizada, a esperança para o mundo não estava, pois, no surgimento de uma força poderosa de exércitos, no ressurgir de algum dos antigos impérios gentios, no recrudescer de novas escolas de ciência e de arte, mas na Santíssima Virgem que, por sua Conceição Imaculada, constituía a mais categórica, completa e intransigente antítese do charco de vícios, de erros e de misérias em que o mundo afundara.

Hoje, quando consideramos o meu Brasil e o vosso Portugal, constatamos as profundas crises – antes de tudo morais – que os abalam. Mas não são apenas eles. A nossa civilização, à maneira da antiguidade, parece estar exausta, desnordeada, numa ausência completa de valores, em que o Cristianismo vai sendo apagado até em seus mais elementares vestígios. A Humanidade, confiada apenas na razão humana, buscou a felicidade terrena perfeita, numa marcha ascensional do progresso e da técnica, e contando com uma alegada e misteriosa força imanente em todos os seres, a evolução. Mas o optimismo deu lugar à desesperança, as miragens às frustrações, a paz sorridente aos conflitos contínuos e sanguinolentos. Até na Igreja se espalhou uma imensa crise, constatada em termos de forte impacto pelos recentes Pontífices. Como bem apontou meu irmão, o Príncipe Dom Luiz, Chefe da Casa Imperial do Brasil, nossa civilização parece rumar “agora para o seu termo final no meio de incertezas e apreensões, na previsão de acontecimentos que conduzirão talvez a um caos universal ou até a uma hecatombe atômica”.

Tenho como certo que não será em massificantes projetos políticos, nem em soluções estritamente económicas que nossa civilização exausta achará cura de suas mazelas materiais e morais. Mas, uma vez mais, seguindo o exemplo de nossos antepassados, será na Imaculada Conceição que devemos buscar o norte e o rumo de nossos povos. Será por esse espírito imaculado de Maria, por essa aversão a qualquer forma de erro, por esse distanciamento de qualquer forma de vício, que as nações, outrora cristãs, se renovarão e, à semelhança de Saulo no caminho de Damasco, envoltas pela luz da Imaculada, contritas e curadas das chagas que as desfiguram, verão renascer no seu âmago os sentimentos e a aliança divina que fizeram sua grandeza e voltarão a proclamar diante dos povos – como outrora fez o glorioso Portugal, nas quatro partes do mundo – o nome de seu Divino Filho.

Tenho dito.

Principais obras consultadas:

- ALMEIDA NOGUEIRA – A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências, 3ª. ed., Saraiva, São Paulo, 1977.
- BRUSTOLONI C.S.S.R., Pe. Júlio – A Senhora da Conceição Aparecida, Editora Santuário, Aparecida, 1979.
- CARVALHEIRA, Pe. José do Vale – Nossa Senhora na História e devoção do povo português, Edições Salesianas, S. Mamede de Infesta, 1988.
- CERQUEIRA, General Dionísio – Reminiscências da Campanha do Paraguai, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1980.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio – Pro Maria fiant eximia, Legionário, 17-12-1939.
- CORRÊA MACHADO, Cônego João – Aparecida na História e na Literatura, Campinas, 1983, 2ª ed., 2 vols.
- Documentos Marianos – Doutrina Pontifícia IV, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid, 1954.
- JOÃO PAULO II, Papa – Discursos do Papa João Paulo II em Portugal, Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 1982, 2a. ed.
- LEME LOPES S.J., Pe. Francisco – A Imaculada no Brasil de ontem e de hoje, in "Verbum", Rio de Janeiro, t. XI, 1954, pp. 451-492.
- OLIVEIRA, Mons. Miguel de – Nossa Senhora na devoção dos Reis e Governantes, in A Virgem e Portugal, Edições Ouro, Porto, 1967, vol. I, pp. 89-111.
- OLIVEIRA, Pe. Miguel de e Pe. MOREIRA DAS NEVES – A Padroeira de Portugal – Notas e documentos, Edições Letras e Artes, Lisboa, 1940.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de – Nobreza e elites tradicionais análogas nas alocações de Pio XII ao Patriarcado e à Nobreza romana, Porto, 1993.
- PEDREIRA DE CASTRO S.J., Pe. Fernando – Crônica da Igreja no Brasil – Período Pre-anchietano, Editora ABC, Rio de Janeiro, 1938.
- PIMENTEL, Alberto – História do Culto de Nossa Senhora em Portugal, Livraria Editora Guimarães, Libanio & Cia., Lisboa, 1900.
- PINTO, Américo Cortez – A Presença da Virgem na Literatura Portuguesa, in Fátima Altar do Mundo, Ocidental Editora, Porto, 1953, vol. I, pp. 145-288.
- REIS, Pe. Jacinto dos – Invocações de Nossa Senhora em Portugal d'Aquém e d'Além-Mar e seu Padroado, Lisboa, 1967.
- ROSCHINI O.S.M., Pe. Gabriel Maria – Mariologia, 2ª. ed., Angelus Belardetti Editor, Roma, 1947-48, 4 vols.
- SANTOS, Armando Alexandre dos – O culto de Maria Imaculada na Tradição e na História de Portugal", Civilização/Artpress, Porto/São Paulo, 1996.
- SANTOS, Armando Alexandre dos – O Brasil sob o manto da Imaculada, Artpress, São Paulo, 1996.
- SANTOS, Armando Alexandre dos – A propósito da coroação de Aparecida, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ano CX, vol. XCVI, São Paulo, 2004, pp. 82-98.
- VILHENA DE MORAES, E. – A Padroeira do Brasil, Centro D. Vital, Rio de Janeiro, s/d.
- VILHENA DE MORAES, E. – Alguns aspectos históricos e toponímicos da devoção de N. S. da Conceição no Brasil – A Padroeira do Exército, in "Verbum", Rio de Janeiro, t. XI, 1954, pp. 435-450.